

O APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA (APH) “MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE” E O CASO SOBRAL (CE): A PRODUÇÃO DE CONSENSOS PARA A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE¹

Mayara Mattar Paiva², Mariléia Maria da Silva³

¹ Vinculado ao projeto “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”.

² Acadêmico (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAED – Bolsista PROBIC/UDESC

³ Orientador(a), Departamento de Pedagogia – FAED – marileia.silva@udesc.br

A política de formação continuada do município de Sobral (CE) é apresentada pelos intelectuais orgânicos da burguesia como um caso de sucesso na forma com que o empresariado se organiza para interferir no modelo de gestão da educação pública brasileira. Utilizando as categorias e contribuições do pensamento de Antonio Gramsci e Vladimir Lênin, esta pesquisa tem como objetivo analisar o conteúdo do documento “A Política de Formação Continuada de Sobral/CE: foco na prática docente e na aprendizagem dos estudantes”, desenvolvido pelo Movimento Profissão Docente.

Com fundamento no materialismo histórico-dialético - que pressupõe uma investigação para além das aparências, desvelando o pano de fundo daquilo que se pretende conhecer à luz da realidade material concreta - a caminhada desta pesquisadora, em formação no curso de licenciatura em pedagogia, inicia com o estudo preliminar do repertório conceitual de Gramsci e nos subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos em Pronko (2016), com intuito de se aproximar dos conceitos-chave para o campo das políticas educacionais e ampliar o olhar crítico da realidade, atentando-se para as suas contradições e complexidade.

Entende-se que é próprio do sistema capitalista operar na lógica do imediatismo, da propaganda, da sedução em resolver problemas complexos com receitas prontas, geralmente acompanhadas de “produzir mais, gastando menos”, deixando de revelar, exatamente, o elemento central: a acumulação privada das riquezas socialmente produzidas. Os desafios neste processo foram variados, desde a quebra de paradigmas pré-estabelecidos da subjetividade da acadêmica, que, tendo participado dos encontros formativos do grupo Lute - Lutas Sociais, Trabalho e Educação, pode aperfeiçoar as leituras e percepções dos mecanismos de adesão inconsciente aos ideários capitalistas.

O Movimento Profissão Docente se autointitula como uma coalizão de organizações do terceiro setor, porém, faz parte de um conjunto de conglomerados empresariais - Instituto Península, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Todos Pela Educação, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica Vivo, FLUPP (Fundação Lucia e Pelerson Penido) - que constituem uma fusão de capitais, operando tanto no ramo produtivo quanto na bolsa de valores. Estas entidades são aqui analisadas como aparelhos privados de hegemonia (APH), pois atuam na produção de consensos e práticas de modo a fortalecer um pacto de classe, que os beneficiam mutuamente no projeto de financeirização da educação básica,

camuflando a disputa pelo fundo público e o consentimento dos trabalhadores aos ideais do empresariado brasileiro, que por sua vez é orientado pelas organizações internacionais.

Analisando o site do Movimento Profissão Docente e o entrelaçamento entre os discursos produzidos e a escolha narrativa das imagens utilizadas no curso de sua apresentação, podemos destacar alguns pontos principais que fundamentam a análise crítica apresentada, em especial às falsas premissas de que:

1. A falta de formação docente está no cerne dos problemas educacionais no Brasil;
2. A má gestão do recurso público carece da iniciativa privada para administrá-lo;
3. A eficácia escolar do aluno deve ser medida pelos índices nacionais de avaliação.

O documento “A Política de Formação Continuada de Sobral/CE: foco na prática docente e na aprendizagem dos estudantes”, encontrado na seção “Conteúdos” do site, se propõe a apresentar o que estaria por trás do “sucesso” na educação do município de Sobral/CE, desconsiderando as supostas conquistas advindas da luta dos professores historicamente travadas, tópico que não será aprofundado nesta pesquisa, mas que é importante ser pontuado quando nos deparamos com apropriações indevidas sobre as condições dignas de trabalho para a classe trabalhadora. A maneira com que midiaticamente este “caso de sucesso” é retratado, não se pode ingenuamente atribuir ao conteúdo de sua propaganda, sem antes considerar que existe todo um mercado educacional, faturamento de corporações e organizações sociais (O.S.) na produção de consensos para a política de formação docente no Brasil.

Entre as “inovações” do modelo de gestão em Sobral/CE, por exemplo, está a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação com a Escola de Formação Permanente do Magistério e da Gestão Escolar (ESFAPEGE), O.S. responsável pela construção, organização e implementação da formação dos professores, que, na prática, representa a terceirização dos servidores efetivos pelas contratações da força de trabalho da ESFAPEGE - armadilhas das chamadas parcerias público-privadas apresentadas pelos APH, como continuação do projeto de privatização da educação.

O conceito gramsciano de Estado Ampliado contribui para pensarmos a função do Estado na sociedade capitalista, compreendendo que a oposição não está entre público e privado, mas na relação capital e trabalho, já que o próprio Estado não é neutro e atua na manutenção da sociedade dividida em classes. Nele coexistem tanto o estado político (visível na sua aparência como as instâncias legais, as figuras políticas, o exército e o parlamento) quanto a sociedade civil e suas organizações sociais.

Como produtores de consensos, os chamados intelectuais da burguesia, atuam majoritariamente na manutenção do sistema capitalista: de um lado garantindo a propriedade privada aos donos dos meios de produção e, de outro, mantendo a desigualdade social e o desemprego da classe trabalhadora - que permanece dependente da venda da sua força de trabalho. Estes consensos mantêm o *status quo* das classes dominantes, que se valem da maioria da população para produzir riquezas que são apropriadas privadamente e, ao mesmo tempo, negam a ela (classe trabalhadora) os direitos mais básicos da sobrevivência humana. O consenso, como o próprio nome indica, garante que não haja revolta, que não se

questione a estrutura que sustenta tal lógica e se busque apenas a adaptação e reprodução dos discursos contrários aos próprios interesses da classe trabalhadora.

A inovação, o entretenimento, o protagonismo, o “aprender a aprender”, o empreendedorismo, entre outros *slogans* da educação, são conceitos presentes nos projetos da classe dominante e hegemônica, portanto não servem para os que almejam um projeto de educação pública de qualidade, pensado pela e para a classe trabalhadora. Os consensos relacionados às ideologias neoliberais, postas desde os documentos nacionais, a exemplo da própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), comungam com os valores da cartilha do Banco Mundial (BM) e nos exames organizados pela UNESCO e OCDE. O que a análise do documento aqui citado reafirma, é a naturalização de novas formas de reprodução do trabalho e acumulação do capital, não somente uma cultura produtivista, mas um conjunto de políticas meritocráticas para a carreira do magistério somada à redução do currículo escolar às necessidades imediatas do mercado de trabalho.

Gramsci herda de Lênin uma perspectiva que exige uma análise histórico-concreta da cultura, das instituições, dos valores sociais, em particular das relações com o aparelho do Estado, com objetivo de formular um planejamento estratégico-tático que viabilize a expansão da força política e social da classe operária no contexto da revolução socialista soviética. A noção de superestrutura, como espaço de interação entre o sujeito concreto com o real-concreto, demonstrava uma nova concepção sobre os agentes do poder - protetores do Estado, mas sediados na sociedade civil.

Gramsci é um grande intérprete desta inovação leninista, ao aliar a sociologia à ciência política, estabelecendo uma relação dialética entre base econômica, estrutura social e consciência dos seres humanos. Tendo sido fundado concretamente sobre a investigação da especificidade histórica russa e as tarefas políticas do proletariado, o conceito de hegemonia, que se realiza no nível da sociedade civil, seria a capacidade de direção, de conquistar alianças e fornecer uma base social ao Estado proletário (sendo a ditadura do proletariado a forma estatal assumida pela hegemonia).

Supera-se, assim, a visão de um Estado na perspectiva funcionalista, que personifica o Estado como um sujeito autônomo, apartado da sociedade e do próprio mercado, compreendendo que economia e política não são esferas independentes como pretende a doutrina liberal. É inclusive esta perspectiva de “vontade política” ou “atos de vontade”, ancorada numa pretensão dogmática em torno do progresso, que invisibiliza quem são os sujeitos por trás das políticas educacionais aqui analisadas a partir do Movimento Profissão Docente como um APH da classe burguesa.

Palavras-chave: Gramsci. Formação Docente. Caso Sobral.